

de Justiça. SUGERIU ao Órgão de Execução que expeça **RECOMENDAÇÃO** àquela Instituição Pública Municipal, no sentido de que, por ocasião da assinatura de futuros convênios, atenda ao prescrito na Lei nº 8.666/93 e na Lei Complementar municipal nº 01 de 20/10/1997 e do Decreto nº 6.170/2007, aplicável, por analogia, na ausência de norma municipal específica.

**2.3. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:**

**2.3.1. Processo 000210-151/2015**

**Requerente:** Sindicato dos Servidores Públicos da Polícia Civil do Estado do Pará - SINDPOL

**Requerido:** Governo do Estado do Pará

**Origem:** 3ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

**Assunto:** Solicitação de parecer jurídico do MPE relativo à constitucionalidade das propostas elaboradas pelo SINDPOL/PA a serem solicitadas à ALEPA, referentes à alteração da Lei nº 022, de 15/03/1994 (Lei Orgânica dos Policiais Civis do Estado do Pará).

**O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DETERMINOU A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS** para arquivamento no âmbito da Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto da Conselheira Relatora, eis que se trata de notícia de fato e, nos termos do art. 57, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Superior, a notícia de fato só será encaminhada ao Conselho Superior se houver pedido de revisão do arquivamento, o que não ocorreu no presente caso.

Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO.

**2.3.2. Processo 000193-450/2015**

**Requerentes:** D.F.L.; N.F.L.; S.A.L.

**Requeridos:** M.N.C.L.; R.M.F

**Origem:** 4ª PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

**Assunto:** Apurar denúncia do disque 100, nº 2869002 referente a maus tratos e negligência e violência tanto física quanto psicológica contra adolescentes e crianças. **O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, considerando que, após análise jurídica de todos os documentos referentes aos autos, não restou comprovada a situação de risco em que os adolescentes e a criança se encontravam, tampouco situação de possível maus tratos, negligência, violência física e psicológica por seus familiares.**

Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO.

**2.3.3. Processo 000208-012/2015**

**Requerente:** IBAMA

**Requerido:** Ernane Fernandes Gusmão

**Origem:** PJ de Aurora do Pará

**Assunto:** Apurar a prática de crime ambiental e reparação de dano.

**O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, CONVERTEU o julgamento em diligências, DETERMINANDO a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para que informe se o Termo de Ajustamento de Conduta foi cumprido em sua integralidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, alterado em sessão.**

Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO.

**2.3.4. Processo 000052-913/2015**

**Requerente:** F.S.B.

**Requeridos:** V. A.S.; V.B.S.

**Origem:** 13ª PJ de Marabá

**Assunto:** Apurar possível uso indevido de verba de benefício recebido por pessoa portadora de necessidades especiais.

**O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, eis que após análise jurídica dos documentos acostados aos autos, especialmente o relatório de visita domiciliar realizado pelo Setor Social deste Órgão Ministerial, observou-se que não restou configurada a suposta situação de risco vivenciada pelo Sr. Francisco Sindeaux Barbosa, portador de transtorno mental crônico.**

Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro

NELSON PEREIRA MEDRADO.

**2.3.5. Processo 003608-003/2015**

**Requerente:** Luiz Antonio Veiga Castro

**Requeridos:** Prefeitura Municipal de Belém; Secretaria Municipal de Administração - SEMAD.

**Origem:** 4ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

**Assunto:** Apurar possíveis irregularidades em relação a descumprimento de ordem judicial, por parte da Secretaria Municipal da Administração-SEMAD, nos autos de Mandado de Segurança nº 2004.1.079746-7, transitado em julgado.

**O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DETERMINOU A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS** para arquivamento no âmbito da Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto da Conselheira Relatora, eis que se trata de notícia de fato e, nos termos do art. 57, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Superior, a notícia de fato só será encaminhada ao Conselho Superior se houver pedido de revisão do arquivamento, o que não ocorreu no presente caso.

Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO.

**2.3.6. Processo 000152-111/2013**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requeridos:** Estádios de Futebol no Estado do Pará

**Origem:** 3ª PJ de Defesa do Consumidor da Capital

**Assunto:** Apurar as condições de segurança e comodidade dos Estádios de Futebol do Estado do Pará

**O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, considerando que as principais irregularidades identificadas nos anos de 2010, 2011 e 2012 foram sanadas e todo o possível foi realizado pelo Ministério Público, com objetivo de solucionar as pendências em relação aos estádios de futebol do Estado do Pará naqueles períodos, ressaltando que o arquivamento deste inquérito não implica na cessão das investigações acerca das condições dos estádios de futebol, tendo em vista que todos os anos é aberto um procedimento especificamente para tal acompanhamento.**

**2.4. Processos de Relatoria da Conselheira ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO:**

**2.4.1. Processo: nº 006921-003/2015**

**Requerentes:** Ministério Público do Estado do Pará; R.A.O.F.; L.F.R.S.; R.L.S.

**Requeridos:** Município de Ananindeua; Secretaria Municipal de Administração

**Origem:** 4ª PJ Cível de Ananindeua

**Assunto:** Apurar possíveis irregularidades em concurso público do Município de Ananindeua, no que concerne a pessoa portadora de necessidades especiais.

**O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, considerando que o objeto do pedido se encontra prejudicado, diante do parecer da Câmara Técnica Interdisciplinar vinculada ao CAO, baseada na manifestação da fundação CETAP, organizadora do concurso ora em análise, posto que os candidatos/reclamantes, não alcançaram a pontuação mínima para serem aprovados.**

Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO.

Os itens 2.4.2 e 2.4.3 foram julgados em bloco:

**2.4.2. Processo: nº 000082-113/2015**

**Requerente:** Moradores da Rua Péricles Guedes com Passagem São Luis

**Requeridos:** "Bar e restaurante do Lima"; "Bar do Zezinho"

**Origem:** 2ª PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo da Capital

**Assunto:** Apurar denúncia de poluição sonora causada

**2.4.3. Processo: nº 000264-151/2014**

**Requerente:** Núcleo de Combate à Improbidade e Corrupção do MPE-NCIC

**Requerido:** Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves"/ Unidade Altamira

**Origem:** 6ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

**Assunto:** Apurar possível ilegalidade na assunção, por servidores em estágio probatório, de funções de chefia, alguns estando a atuar, inclusive, em municípios diversos daqueles para os quais realizaram concurso público.

**O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento dos feitos referentes aos itens 2.4.2 e 2.4.3, nos termos do voto do Conselheiro Relator, por se tratar de mera notícia de fato, devendo os autos ser devolvidos para arquivamento no âmbito da Promotoria de Justiça de origem.**

Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO.

**2.4.4. Processo: nº 000293-151/2014**

**Requerente:** Edmilson Rodrigues, Deputado Federal

**Requerido:** Prefeitura Municipal de Belém

**Origem:** 6ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

**Assunto:** Pedido de providências em razão de suposto desconto dos professores da rede municipal durante os dias em que se encontravam de greve, nos meses de maio a junho de 2014.

**O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO CONHECEU do pedido de DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO, nos termos do voto do Conselheiro Relator, conforme entendimento já firmado por este Colegiado, devendo os autos ser devolvidos à Promotoria de origem, para que proceda, de imediato, o encaminhamento dos autos à Promotoria de Justiça que entenda ser competente para atuar no feito.**

Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO.

**2.4.5. Processo 000226-012/2015**

**Requerente:** Ministério Público do Estado do Pará

**Requerido:** Prefeitura Municipal de Inhangapi

**Origem:** PJ de Inhangapi

**Assunto:** Apurar possíveis irregularidades na licitação para a contratação de empresas para a realização do transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Inhangapi.

**O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO CONHECEU do pedido de DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO, nos termos do voto do Conselheiro Relator, por se tratar de matéria criminal, não abrangida pela RESOLUÇÃO Nº 005/2014 MP/CSMP devendo os autos ser devolvidos ao Promotor de Origem, para que proceda, de imediato, o encaminhamento à quem entenda ser competente para atuar no feito.**

**Os itens 2.4.6 e 2.4.7 foram julgados em bloco:**

**2.4.6. Processo 002515-110/2014**

**Requerentes:** Ministério Público do Estado do Pará

**Requerido:** Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Breu Branco

**Origem:** PJ de Fundações, Entidades de Interesses Social, Falência e Recuperação da Capital

**Assunto:** Apuração de contas relativas ao ano-calendário 2013

**2.4.7. Processo 000052-110/2014**

**Requerente:** Ministério Público do Estado do Pará

**Requerido:** Conselho Escolar do Colégio Integrado "Francisco Silva"

**Origem:** PJ de Fundações, Entidades de Interesses Social, Falência e Recuperação da Capital

**Assunto:** Apuração de contas relativas ao ano-calendário 2011

**O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, INDEFERIU o pedido de Reconsideração de decisão deste Egrégio Conselho Superior nos feitos referentes aos itens 2.4.6 e 2.4.7, devendo a mesma ser mantida em todos os seus termos, inclusive, quanto à supressão de produtividade dos membros envolvidos, tanto na instauração quanto na finalização do referido procedimento. Quanto ao pedido de remessa dos autos ao E. Colégio de Procuradores, INDEFERIU por falta de previsão legal.**

**2.4.8. Processo 000175-911/2015**

**Requerente:** Ministério Público do Estado do Pará

**Requerido:** Sindicato dos Trabalhadores em Educação Público do Pará - SINTEPP; Secretaria Municipal de Educação de Marabá - SEMED

**Origem:** 11ª PJ de Marabá

**Assunto:** Apurar problemas referentes à paralisação dos servidores da educação pública de Marabá.

**O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO**